

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA: apontamentos para uma história do movimento argentino pelos direitos humanos (1976-2004)¹

MEMORY, TRUTH AND JUSTICE: assumptions for an argentinean human rights movement (1976-2004)

MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA: registros para una historia del movimiento argentino por los derechos humanos (1976-2004)

MARCOS OLIVEIRA AMORIM TOLENTINO

Doutorando Unicamp

Campinas-SP

marcosoat@hotmail.com

Resumo: A trajetória do movimento argentino pelos direitos humanos é considerada uma das mais exitosas, tanto pelo reconhecimento público internacional, quanto pela adoção de algumas das suas demandas pelo Estado argentino. Porém, tal reconhecimento não significou uma atenção a este importante ator político por parte da recente produção acerca das memórias e da história da mais recente ditadura civil - militar (1976-1983). Consequentemente, podemos perceber a consolidação de uma memória do movimento argentino pelos direitos humanos que oblitera os conflitos surgidos no interior do mesmo, relativos tanto à diversidade do perfil de seus participantes, quanto às características que compõem cada organismo. Pensando nisso, buscaremos questionar o silêncio acerca da participação dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção na memória do movimento, e o porquê de tais figuras serem uma das principais polêmicas que perpassam a sua história.

Palavras-chave: Argentina. Moviment. Direitos Humanos;. Sobreviventes.

Abstract: The Argentinian human rights movement is considered one of the most successful, either by public international recognition, and by the adoption of some of their demands by the Argentinian state. However, such recognition did not meant attention to this important political actor from the latest production about the memories and history of the most recent civilian-military dictatorship (1976-1983). Consequently, we can see the consolidation of a memory of the Argentinian human rights movement that obliterates the conflicts that arise within it, on both the profile diversity of its participants, as to the characteristics that make each organism. Thinking about it, we try to question the silence about the participation of survivors of clandestine detention centers in the memory of the movement, and why such figures are one of the major controversies that remain on its story.

Keywords: Argentine.Human Right. Movement. Survivors.

Resumen: La trayectoria del movimiento argentino por los derechos humanos es considerada una de las más exitosas, tanto por el reconocimiento público internacional cuanto por la aceptación de algunas de sus demandas por el Estado argentino. Sin embargo, tal reconocimiento no significó una atención a este importante actor político por parte de la reciente producción referente a las memorias y de la historia de la más reciente dictadura civil militar (1976-1983). Consecuentemente, percibimos la consolidación de una memoria del movimiento argentino por los derechos humanos que obtuvo los conflictos surgidos en el interior del ello, relativos tanto a la diversidad del perfil de sus participantes cuanto a las características que componen cada organismo. De ese modo, buscaremos cuestionar el silencio sobre la participación de los sobrevivientes de los centros clandestinos de detención en la memoria del movimiento, y el porqué de ser tales figuras una de las principales polémicas que señalan su historia.

Palabras clave: Argentina. Movimiento. Derechos Humanos. Sobrevivientes.

¹ Artigo submetido à avaliação em 05/02/2014 e aprovado para publicação em 21/04/2014.

Los organismos de derechos humanos históricos somos 8, que paso a mencionar por orden alfabético: Abuelas de Plaza de Mayo, Asamblea Permanente de Derechos Humanos APDH, Centro de Estudios Legales y Sociales CELS, Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas, Liga Argentina por los Derechos del Hombre, Madres de Plaza de Mayo, Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos MEDH y SERPAJ.

Ya en democracia surgen la Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos, Fundación de la Memoria Histórica y Social; en 1995 surge la Agrupación H.I.J.O.S. Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio.

Ha quedado muy claro, ha quedado comprobado y reconocido que de no haber mediado la lucha ineludible de los organismos de DDHH y la solidaridad internacional, *sería otra historia la que se conocería en la actualidad sobre el horror que nos tocó vivir durante la década del 70 y parte de los 80.*²

Durante as recentes ditaduras civis-militares que governaram os países do Cone Sul latino-americano entre as décadas de 1960 e 1980,³ e nos respectivos processos de transição e retorno à democracia, notamos o surgimento de diversas organizações que constituíram uma ativa resistência aos regimes ditatoriais e articularam setores da sociedade civil em torno da defesa dos direitos humanos. Ao longo das democracias, muitas dessas organizações permaneceram como importantes *empreendedores de memória*, mantendo a sua luta contra a permanência da impunidade em relação às violações aos direitos humanos cometidas durante as ditaduras e promovendo a recordação de vítimas e de episódios repressivos. Colocam a sua militância na chave da *luta da memória contra o esquecimento*,

² Memoria Abierta. “Exposición en la Universidad de La Plata. Los organismos de Derechos Humanos durante la dictadura militar.”. In: *Archivo Personal* de Carmen Lapacó, *caja 04, folio 03*, documento 351, sem data (grifos meus).

³ As relações entre as sociedades dos países do Cone Sul latino-americano e as respectivas ditaduras têm sido problematizadas por pesquisadores que buscam desconstruir uma memória recorrente nas democracias que as sucederam segundo a qual o autoritarismo só teria sido possível em função de instituições e práticas coercitivas e manipulatórias. Buscam assim compreender as ditaduras como produtos sociais, e não como fruto da vontade de poucos, geralmente tidos como algozes frente a sociedades vitimizadas, analisando os correlatos a nível social de algumas das estratégias utilizadas pelas ditaduras, em uma dupla dimensão que abarca as ações e convocatórias dirigidas à sociedade, e os comportamentos exibidos por elas durante esses anos. No caso argentino, produziu-se uma memória na qual as práticas efetivas do terror sobre os indivíduos parecem ter ocorrido distante deles. A ação da ditadura, sobretudo das Forças Armadas, aparece como a de um exército de ocupação, gerando um esquecimento do fato de que o seu programa de intervenção sobre o Estado e sobre amplos setores sociais não era alheio a tradições, ações e representações políticas compartilhadas, o que gerou expressões diversas de apoio civil. Logo, optaremos por utilizar a denominação *ditadura civil-militar* para nos referirmos a tal experiência, apesar da produção acadêmica no país ainda não adotar o termo *civil*, mesmo que algumas investigações já terem demonstrado o consentimento golpista de setores da sociedade nos meses prévios ao golpe e a sua adesão à *luta anti-subversiva* durante a ditadura. Ver: VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2002, p. 39; QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interna, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 25-26.

frente aos que ainda sustentam uma visão positiva da atuação das Forças Armadas como heróis de uma guerra necessária contra a subversão, na qual *excessos* foram cometidos; e os que pretendem *virar a página* do passado ditatorial através da reconciliação e do esquecimento de um passado conflituoso, em prol das urgências econômicas e políticas que se colocam no presente dos países da região⁴. Nesse quadro, apesar dos momentos de retrocesso, o movimento argentino pelos direitos humanos é considerado um dos mais importantes e exitosos, tanto pela relevância internacional adquirida por alguns dos organismos e figuras notáveis que o compõe, como pela atenção atual dada a suas demandas de memória, verdade e justiça pelo Estado.

De acordo com Luciano Alonso, em paralelo ao reconhecimento público conquistado, esse ator coletivo parece ter gerado uma literatura suficiente acerca da sua história, dificultando assim a tarefa de investigadores interessados em propor novos enfoques e problemas⁵. Os estudos sobre o movimento argentino de direitos humanos iniciaram-se ainda na década de 1980, inserindo-se nas análises sobre os *novos movimientos sociales*, fruto do seu impacto político e cultural durante os últimos anos da ditadura. Esses estudos destacavam a sua importância no surgimento de novas práticas políticas, na constituição de novos espaços de mobilização e na formação de um novo imaginário republicano, produzido no marco do abandono por parte de amplos setores de uma concepção da mudança social através de uma revolução violenta, e a sua conseqüente adesão a valores liberais-democráticos⁶. Outros trabalhos dedicaram-se a uma delimitação dos grupos considerados parte desse movimento, descrevendo os traços principais da formação de um ator social que tinha o seu campo de ação delimitado à Argentina, baseando-se principalmente nas experiências de Buenos Aires e de conglomerados urbanos próximos, como La Plata⁷. Por último, no interior do movimento ou entre os seus colaboradores constantemente é produzida uma vasta bibliografia que se concentra nas memórias e trajetórias de atores individuais e coletivos destacados, geralmente baseados em entrevistas a dirigentes e ativistas, marcada por

⁴ JELIN, Elizabeth. “Los derechos humanos entre el Estado y la sociedad”. In: SURIANO, Juan (Org.). *Nueva historia argentina. Dictadura y democracia: 1976-2001*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005, p. 552-553.

⁵ ALONSO, Luciano. “El surgimiento del movimiento argentino por los derechos humanos en perspectiva comparada”. *Páginas*, Revista Digital de la Escuela de Historia – UNR. Año 1, Rosario, 2008, p. 88.

⁶ JELIN, Elizabeth. “Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un nuevo campo en las ciencias sociales”. *Estudios Sociales*. Revista Universitaria Semestral, Año XIV, nº27. Santa Fe, Argentina, 2004, p. 94; PEREYRA, Sebastián. *¿La lucha es una sola?: la movilización social entre la democracia y el neoliberalismo*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008, p. 21-31.

⁷ ALONSO, Luciano. “El surgimiento del movimiento argentino por los derechos humanos en perspectiva comparada”. *Páginas*, Revista Digital de la Escuela de Historia – UNR. Año 1, Rosario, 2008, p. 89-90.

um tom épico⁸. Aparentemente as linhas de interpretação sobre o histórico de ações do movimento argentino pelos direitos humanos estariam já traçadas:

La historia de ese actor colectivo en el país comenzaría con la fundación de un organismo de “no afectados” –esto es, un colectivo no definido por su cercanía o lazo de sangre con las personas detenidas, asesinadas o desaparecidas- que sería el Servicio Paz y Justicia en 1974. En ese camino, sólo se trataría de profundizar conocimientos sobre momentos específicos – como ocurre particularmente en el caso de la agrupación Madres de Plaza de Mayo- y de seguir abordando los momentos posteriores a la dictadura para producir interpretaciones ajustada a las cambiantes condiciones del movimiento –incluyendo la aparición de nuevos actores como Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S.)⁹.

Tais trabalhos tem em comum o fato de se basearem na memória que o movimento tinha de sua luta. Organizações que nascem em períodos nos quais o estabelecimento de um regime de verdade, alternativo à verdade oficial da ditadura ou dos marcos gerais do discurso da democracia acerca do passado recente, como as que compõem o movimento argentino pelos direitos humanos, têm como elemento comum o fato de produzirem algum tipo de história, de memória e de autoconhecimento, de maneira a constituir um discurso convocatório capaz de gerar identificações com suas bandeiras¹⁰. Isso reflete em uma série de publicações próprias que, utilizadas por investigadores interessados devido às facilidades de acesso, reafirmam o seu próprio regime de verdade. Para muitos, questionar este regime significa ir de encontro a concepções de um movimento com o qual os investigadores normalmente têm algum tipo de sintonia. Surge então o questionamento sobre como problematizar as memórias da luta dos organismos de direitos humanos sem questionar a sua legitimidade de demandantes, empreendedores e promotores de ações estatais de recuperação e reparação do passado ditatorial:

La actividad de los organismos de derechos humanos como demandantes frente al Estado y como emprendedores y promotores de la acción estatal es innegable. Además de las presentaciones judiciales, son también los activistas de las organizaciones de derechos humanos quiénes sistemáticamente han promovido y promueven otros tipos de iniciativas, desde las prácticas y marcas territoriales de conmemoración en monumentos, parques o museos, la recuperación de ruinas de centros de detención clandestinos, etc. (...) ¹¹.

⁸ ROMERO, Luis Alberto. “La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión”. In: PÉROTIN DUMON, Anne (Ed.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. 2007, p. 63. Disponível em: <http://www.historizarelpasadovivo.cl/>. Acesso em: 25 mar. 2013.

⁹ ALONSO, Luciano. “El surgimiento del movimiento argentino por los derechos humanos en perspectiva comparada”. *Páginas, Revista Digital de la Escuela de Historia – UNR*. Año 1, Rosario, 2008, p. 89.

¹⁰ ALONSO, Luciano. “Razones, modos y efectos de una historia del movimiento por los Derechos Humanos”. In: CERNADAS, Jorge; LVOVICH, Daniel (Comps.). *Historia, ¿para qué? Revisitas para una vieja pregunta*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p. 148.

¹¹ JELIN, Elizabeth. “Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un nuevo campo en las ciencias sociales”. *Estudios Sociales*. Año XIV, nº27. Santa Fe, Argentina, 2004, p. 549-550.

Porém, algumas iniciativas atuais abrem possibilidades para trabalharmos com o tema e permitem escapar da reprodução de *verdades* ou *sensos comuns*, principalmente através do acesso a fontes documentais produzidas pelos próprios organismos¹². Apesar de parte significativa do movimento ter se constituído em condições de clandestinidade que conspiram contra a preservação de sua documentação, o seu atual *empreendimento de memória* tem se centrado na elaboração de arquivos históricos que preservem o histórico de suas lutas. O acesso a esse material tem sido facilitado, por exemplo, pelo *Memoria Abierta*¹³. Além disso, em 2007, no marco do programa *Memorias do Mundo*, a UNESCO incorporou o patrimônio documental de 29 arquivos referentes à luta pelos direitos humanos na Argentina como *patrimônio da humanidade*. Este programa não estabelece regras referentes ao seu acesso, mas contribui diretamente para a preservação e divulgação dos documentos¹⁴.

Pensando no que foi exposto, acreditamos que esse ator heterogêneo, no qual convivem experiências diversas e horizontes de expectativas múltiplos, capazes de gerar conflitos e revisões acerca de suas práticas e discursos, possui um eixo ainda pouco problematizado e analisado: as memórias produzidas em torno da luta do movimento argentino pelos direitos humanos. A partir do documento citado no início do nosso artigo, podemos perceber alguns elementos recorrentes quando ela é recuperada. O primeiro, a distinção entre *organismos históricos*, e os que surgiram com o retorno à democracia em 1984. Relacionado a este, a vinculação entre a luta em defesa dos direitos humanos e a resistência durante os anos da mais recente ditadura civil-militar argentina (1976-1983), como se não possuísse antecedentes históricos. Por último, uma visão retrospectiva dessa luta como homogênea e unificada cujos embates seriam com outros atores sociais – as Forças Armadas,

¹² Para Luciano Alonso, o senso comum é um dos grandes obstáculos que se coloca à análise do movimento argentino pelos direitos humanos: “*El obstáculo con que nos encontramos al analizar este tipo de movimientos es que en gran medida hemos sido partícipes de su misma historia, comprendemos a esas experiencias desde la perspectiva del sentido común de quien por lo menos ha leído los diarios, ha tenido compañeros, o ha tenido relaciones que formaron parte del movimiento. Parece que todos supiéramos en qué consiste y de qué manera influye el movimiento por los Derechos Humanos, y en rigor lo sabemos muy poco.*” Ver: ALONSO, Luciano. “Razones, modos y efectos de una historia del movimiento por los Derechos Humanos”. In: CERNADAS, Jorge ; LVOVICH, Daniel (Comps.). *Historia, ¿para qué? Revisitas para una vieja pregunta*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010, p. 149.

¹³ Formado pela *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH)*, *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)*, *Fundación Memoria Histórica y Social*, *Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora* e pelo *Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ)*, o *Memoria Abierta* foi concebido como um esforço conjunto dos organismos para “(...) lograr que todo registro de lo ocurrido durante la última dictadura militar y sus consecuencias sea accesible y sirva a los fines de la investigación y educación de futuras generaciones”. Através dele, o investigador pode se acercar dos fundos documentais preservados por cada um desses organismos, além dos fundos pessoais de pessoas envolvidas na luta pelos direitos humanos, hoje em posse do MA. Além disso, o *Archivo Oral* da instituição disponibiliza atualmente 226 entrevistas de pessoas que militam ou militaram no movimento argentino pelos direitos humanos. Ver: MEMÓRIA ABIERTA. <<http://www.memoriaabierta.org.ar>>. Acesso em: 24 set. 2013.

¹⁴ “Todo está guardado en la memoria” (*Página/12*, 20/06/2007).

as instituições estatais – em detrimento do conflito no marco do próprio movimento. Logo, a nossa proposta no presente artigo é problematizar tais construções que a nosso ver engessam as possibilidades de uma visão analítica para o movimento argentino de direitos humanos e de recuperação das distintas experiências de militância que marcaram a trajetória de indivíduos com perfis diferentes.

Os organismos *históricos* de direitos humanos

De acordo com Samantha Viz Quadrat, é bastante comum relacionarmos as violações de direitos humanos nos países do Cone Sul latino-americano às recentes experiências ditatoriais na região como momento fundador desses crimes; conseqüentemente as violações atuais são apontadas de maneira recorrente como heranças das ditaduras. Entretanto, não devemos entender tais violações como invenções das respectivas ditaduras civis-militares, pois, assim, geramos um esquecimento em torno da sua longa existência nesses países¹⁵.

Não podemos negar que as ditaduras civis-militares e as conseqüências de suas modalidades repressivas geraram um crescimento dos debates nacionais em torno dos direitos humanos. Entretanto, anteriormente a elas, podemos observar o surgimento de organismos nacionais e internacionais, de cunho privada ou intergovernamental, com o objetivo de promover e defender os direitos universais. Os países da região, antes mesmo do início das respectivas ditaduras, já possuíam uma atuação internacional relativa ao tema, apesar dos diversos problemas internos. Assim, em abril de 1948, participaram da criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), criada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a partir da aprovação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, sob forte influência das discussões que aconteceram no âmbito internacional com o fim da Segunda Guerra Mundial¹⁶.

No caso da Argentina, o recurso à violência política e a modalidades repressivas na sua longa história política do século XX foi acompanhado paralelamente do surgimento de diversos organismos vinculados a partidos e voltados à defesa e proteção de militantes políticos perseguidos, especialmente de esquerda. Assim, em 1937, foi criada por iniciativa do Partido Comunista a *Liga Argentina por los Derechos del Hombre* (LADH), que antes da

¹⁵ QUADRAT, Samantha Viz. “A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina”. In: FICO, Carlos (Org.) et.al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 384.

¹⁶ *Ibid.*, p. 369-370.

década de 1970 desenvolveu uma rede a nível nacional que permitiu uniformizar modos de ação, compartilhar repertórios discursivos e registrar questões vinculadas à proteção dos direitos dos militantes de esquerda, indo além do marco do partido¹⁷.

Durante a *Revolução Argentina*, autodenominação dada pelas Forças Armadas à ditadura civil-militar de 1966 a 1973, nota-se a articulação de atores coletivos vinculados a organizações partidárias ou político-militares, principalmente entre 1969 e 1972. Surge nesse momento o formato das *comissões de familiares* para o apoio de presos políticos que, apesar de contar com a participação central de mães, familiares e de advogados, atores que assumiriam protagonismos posteriores, possuíam modos de organização e repertórios de ação e discursos distintos ao que se surgirão sob os efeitos da mais recente ditadura. Além de se encontrarem estreitamente vinculados à suas afiliações políticas – como é o caso do *Movimiento de Solidaridad com los Presos Políticos* e da *Comisión de Familiares y Amigos de Detenidos* (COFADE), de origem peronista, e do *Movimiento contra la Represión y Tortura*, ligado ao *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) -, os seus enunciados não se articulavam a partir da noção de *derechos humanos* e, sim, da denúncia da repressão sofrida pelo povo argentino pela *estructura do sistema capitalista*, para a qual legitimavam respostas violentas da militância em crescente radicalização¹⁸.

¹⁷ “Nuestra institución fue crada el 20 de diciembre de 1937. Es la más antigua del país y quizás de Latinoamérica y una de las primeras en el mundo. Su origen está íntimamente vinculado a la situación política de la época. Recordemos que en 1930 tuvo lugar el primer golpe de Estado; el golpista general Uriburu se entronizó en el poder como dictador. Inmediatamente se desató una feroz, oleada represiva: hubieron miles de pesos políticos y sindicales, muchos reclusos en el tristemente célebre penal de Ushuaia. A la tradicional ‘policía brava’ se añadió la ‘Sección Especial de Represión al Comunismo’, que en realidad perseguía a todos los demócratas. Fue masiva la práctica de la tortura. Este grave panorama determinó que personalidades de la época, dirigentes políticos, sindicales, estudiantiles, exiliados provenientes de otros países, así como abogados defensores de las libertades democráticas y de las personas afectadas por las violaciones a los derechos fundamentales. Así nació nuestra Liga. Desde el comienzo, la Institución fue integrada, en forma democrática y pluralista, por hombres provenientes de distintas extracciones políticas e sociales. Nombres ilustres pasaron pro sus filas. En las casi seis décadas que lleva de vida, la mayor parte de ella bajo dictaduras, represión y estado de sitio, no dejó ni por un momento de levantar su bandera de libertad y justicia.” Ver: A PROPOSITO DE LA LIGA. Disponível em: <http://laladh.wordpress.com/aproposito/>. Acesso em 24 set. 2013.

¹⁸ Em 1973, o *Foro de Buenos Aires por la vigencia de los derechos humanos*, constituído por advogados de presos políticos, artistas, intelectuais e sindicalistas combativos, realizou a denúncia mais extensa sobre a *Revolução Argentina*. Seu informe denunciou as leis repressivas, a atuação da Câmara Federal no *Penal Especial* que julgava os guerrilheiros, a tortura aos presos políticos, e os sequestros seguidos de desaparecimento, a partir das declarações de presos políticos, desaparecidos liberados e familiares de sequestrados. Esses testemunhos constuíram-se pela primeira vez e de forma sistemática em um elemento central de denúncia. De acordo com Emilio Crenzel: “El informe relataba los secuestros seguidos de desaparición y presentaba su cronología. Las denuncias de los familiares de desaparecidos compartían la narrativa de la militancia revolucionaria. (...) Por su parte, los testimonios de algunos presos políticos, miembros de la guerrilla, vinculaban la tortura sufrida en cárceles legales e ilegales con la defensa de la orden social y explicaban su resistencia a ella con el compromiso que asumían por transformarlo. Entendían que la represión se articulaba con el proyecto económico de la Revolución Argentina favorable a los monopolios pero que era inherente al orden capitalista.” Ver: CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008, p. 29-30.

Durante o curto período constitucional entre ditaduras (1973-1976), esses organismos encontravam-se debilitados ou inclusive desfeitos quando a Anistia aos presos políticos garantida no final da ditadura minguraram as urgências das agrupações partidárias e guerrilheiras relativas às violações aos direitos humanos, apesar destas não terem sido interrompidas durante o período democrático. A recomposição de tais grupos parece ter sido impossibilitada ainda pelo acionar repressivo, ainda durante os governos peronistas, pois muitos de seus membros foram presos ou sequestrados e desaparecidos. Paralelamente, surgem organismos que se utilizam de um discurso multipartidário de *não-violência*, o que colocavam tais entidades civis à margem daqueles que defendiam a luta armada em termos propriamente revolucionários. De acordo com Jelin, o compromisso da LADH com o Partido Comunista, por exemplo, foi fonte de conflito constante com os líderes dos organismos que surgiram a partir desse marco¹⁹.

Em 1974, foi criado por Adolfo Pérez Esquivel o *Servicio Paz y Justicia*. Este se afirmou como um movimento latino-americano que aderiu a uma filosofia de *não-violência*, visando defender os direitos dos setores sociais subalternos, marginalizados do continente, principalmente as minorias étnicas e grupos indígenas²⁰. Além do SERPAJ, são criados alguns organismos cujas demandas se configuravam e articulavam ao redor da crescente violência política nos meses que antecederam ao golpe de 24 de março de 1976, em um momento em que a desapareição forçada de pessoas ainda não tinha se convertido na modalidade repressiva por excelência: a *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* (APDH), criada no final de 1975 e que nucleava fundamentalmente políticos e intelectuais que participaram da denúncia aos sequestros e assassinatos que então se intensificavam devido ao acionar da *Triple A*, alguns deles vítimas diretas ou familiares de vítimas;²¹ e o

¹⁹ JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina”. In: ACUÑA, Carlos et.al.. *Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995, p. 107.

²⁰ A partir do depoimento de Adolfo Pérez Esquivel sobre a criação do SERPAJ podemos perceber alguns desses elementos: “*El Servicio de Paz y Justicia, cuya central está en Buenos Aires, nació como un servicio, no como una superestructura, y viene trabajando en el continente desde hace unos treinta años. No se llamaba así. Antes eran grupos, movimientos de obreros, de campesinos, de indígenas que trabajaban en América Latina, en una misma dirección de luchas populares no violentas, buscando respuesta a los conflictos. Pero se veía que estos trabajos, muy importantes, estaban aislados; y se trató de crear un pequeño secretariado de intercomunicación e información. Así, poco a poco, comenzó a crecer de acuerdo con las necesidades. A partir del año '74 se reorganizó todo el trabajo y se formó lo que es el Servicio de Paz y Justicia con su estructura actual.*” Ver: JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina”. In: ACUÑA, Carlos et.al.. *Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995, p. 105.

²¹ Sobre a composição heterogênea da APDH, Alfredo Bravo, professor e fundador do sindicato docente CTERA, que passou a militar no organismo após permanecer desaparecido entre 8 de setembro de 1977 e 20 de setembro de 1979, pontuou que: “(...) *en ella se combinaron hombres consustanciados en una misma idea, aunque con diferencias ideológicas, políticas y religiosas. Podemos decir con gran orgullo que en la misma*

Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos (MEDH), nascido em fevereiro de 1976 como uma resposta dos cristãos e de suas igrejas²².

A partir da ditadura civil-militar iniciada em 24 de março de 1976, os laços familiares e a imagem da família passaram a ter um lugar particular nas políticas do movimento de direitos humanos. O uso que o discurso ditatorial fez da família como unidade natural da organização social nacional teve a sua contrapartida em algumas organizações que utilizaram os vínculos familiares para denunciar e protestar pelos desaparecidos. Formou-se então o que Jelin, aponta como um dos paradoxos do último regime militar argentino, com semelhanças nas outras experiências da região: a linguagem e a imagem da família constituíam a metáfora central do governo militar, mas também a imagem central do discurso e da prática de coletivos surgidos a partir de então como *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*, em 1976, e *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*, em 1977. Logo:

Lo que estaban denunciando eran crímenes en contra de la familia, proyectando al mismo tiempo una imagen de “buen hijo” del/a joven desaparecido/a y de una vida familiar “normal”. La imagen paradigmática es aquella de la *madre* simbolizada por las Madres de Plaza de Mayo con sus pañuelos en la cabeza, la madre que deja su esfera privada “natural” de la vida familiar para invadir la esfera pública en busca de su hijo/a secuestrado/a desaparecido/a²³.

A primeira vista, esse grupo de organismos parece mais homogêneo ao que surgiu no período anterior à ditadura, pois os sentidos de suas reivindicações iniciais se orientavam em torno de dois elementos centrais: seus integrantes são todos familiares de vítimas e o motivo central pelo qual se mobilizaram inicialmente foi a recuperação de um familiar desaparecido. Porém, havia também outros que explicam a existência de diferentes organizações, assim como a dinâmica da relação que se estabeleceu entre elas. Em primeiro lugar, havia diferenças de orientações políticas, entre familiares que se definiam como *apolíticos* aos que possuíam vínculos com partidos de esquerda; segundo, diferenças nas tarefas específicas assumidas nas demandas que se colocavam, especialmente notória no caso

mesa se sentaban católicos, protestantes y judíos; en el campo político participaba el socialismo a través de Alicia Moreau de Justo, el radicalismo con Raúl Alfonsín y el Partido Intransigente con Oscar Alende. Tuvimos gente muy valiosa que quizás, en ese entonces, no soñaba con el Premio Nobel de la Paz, como Adolfo Pérez Esquivel, o Raúl Aragón, Eugenio Manzanelli, Eduardo Pimentel, el pasto Pablo Etchegoyen y podría nombrar un montón más. Pero ojo que no alcanzábamos un centenar de personas.” Ver: Nueva Presencia, n° 378, 28/09/1984).

²² Depoimento de Federico Pagura, bispo da Igreja Evangélica Metodista de Argentina, um dos fundadores do MEDH Ver: *Humor*, n. 121, janeiro de 1984.

²³ JELIN, Elizabeth. “¿Víctimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). *Los desaparecidos en la Argentina. Memorias, representaciones e ideas (1983-2011)*. Buenos Aires: Biblos, 2011, p. 231.

de *Abuelas*, organismo que se dedicou a localizar e recuperar filhos de desaparecidos; por último, diferenças no estilo de liderança, podendo ser horizontal, sem líderes, ou vertical, como ocorre entre as *Madre*.²⁴

Durante a ditadura, as diferenças entre organismos se manifestavam na eleição de estratégias a serem seguidas e da eleição de consignas no interior de uma causa comum que os mobilizava. Para os organismos de familiares, a esperança de recuperar o desaparecido se manteve como prioridade da ação até a transição. Com a confusão criada pela natureza clandestina da repressão, ao início esta esperança expressava uma urgência de verdade, de saber o que havia ocorrido, e o desejo de reparação da vítima ou, em última instância, do seu corpo. Nesse sentido, *Vivos o muertos*, substituída por *Con vida los llevaron, con vida los queremos*, e posteriormente por *Aparición con vida*, foram às metas sustentadas publicamente por *Madres*, deixando claro o caráter de confronto da tarefa que elas assumiam e a meta que pretendiam alcançar²⁵. Além disso, adotavam assim uma atuação voltada à expressividade, à denúncia insistente frente a todos os atores sociais, a *maximizar o grito*, tornando público o seu drama pessoal. Por outro lado, outros organismos decidiram seguir uma estratégia mais *legalista* a partir de uma lógica baseada na formalidade da lei. Particularmente, houve divergências acerca da enunciação do *detenido-desaparecido*. Segundo relata Emilio Mignone, a criação do *Centro de Estudios Legales y Sociales*, em 1980, esteve ligado em parte a uma disputa no interior da APDH acerca da adoção pública da tese do sequestro seguido de desaparecimento como política oficial da ditadura. Consequentemente, alguns militantes, que tinham em comum o fato de serem pais de desaparecidos, optaram por criar o CELS que passou a se dedicar a viabilizar a apresentação judicial de casos individuais em

²⁴ JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina”. In: ACUÑA, Carlos et.al. *Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995, p.108.

²⁵ Nora Cortiñas, atualmente *madre de Plaza de Mayo* da *Línea Fundadora* explica o significado de tais consignas para as *Madres*: “La consigna ‘Aparición con vida’ no es sólo una consigna, sino un deseo y al mismo tiempo una acusación. No es una locura. Las madres sabemos perfectamente aunque sea doloroso decirlo, que la mayoría de los desaparecidos fueron asesinados. Pero creemos que para todo el pueblo argentino...pedir ‘Aparición con vida’ es lo más justo que podemos hacer todos, porque si no está con vida, hay muchos responsables, y entonces ahí es donde la justicia tiene que actuar”. (Ver: JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina”. In: ACUÑA, Carlos et.al.. *Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995, p. 116). Já Hebe de Bonafini, presidente da *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, pontua os debates que se estabeleceram entre os distintos organismos sobre assumir ou não o pedido pelos desaparecidos em vida: “Yo me acuerdo de una reunión que tuvimos en 1979 en la Asamblea donde también estuvieron presentes el Movimiento Ecueménico y Familiares...En aquella época las Madres no teníamos demasiado claro cómo se fabricaban esas reuniones y cómo a veces las consignas eran boicoteadas. Ibamos una o dos Madres, y yo me daba cuenta que no teníamos la habilidad política que tenían la Asamblea o el MEDH...Fue muy terrible esa reunión, porque ninguno sabía que explicación dar...Porque aunque decían que querían que los desaparecidos aparecieran con vida, no estaban de acuerdo en pedirlo...” Ver: *Diario de las Madres*, n. 37, dezembro de 1987.

detrimento das apresentações coletivas formalizadas pela APDH que então centralizava o trabalho de registro de denúncias²⁶.

Apesar das divergências, a partir de 1981 o movimento argentino pelos direitos humanos ganhou o espaço público e impôs uma imagem de unidade através das *marchas por la vida*. Consequentemente, durante a transição democrática, tornou-se o grande protagonista da vida pública, através de manifestações massivas que expressavam a demanda de justiça - *Juicio y castigo a todos los culpables*. Entretanto, para as organizações de direitos humanos a etapa democrática acarretou em um conjunto de problemas novos por se tratar de uma situação na qual o Estado passou a assumir o problema das violações de direitos humanos, nem sempre nos termos exatos propostos por tais organizações. Uma das linhas de divergência e conflito passou a ser entre os organismos que não aceitam nenhum tipo de negociação ou vínculo com o Estado, aos que se incorporam como funcionários da própria estrutura estatal em seus diversos níveis. As medidas de reparação simbólicas e econômicas geraram inclusive divergências no interior dos próprios organismos. A partir de 1986 *Madres de Plaza de Mayo* dividiu-se entre a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* e *Madres Plaza de Mayo Línea Fundadora* devido a divergências internas sobre o apoio público e o testemunho diante da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), em 1984; e sobre políticas de exumações e identificação de corpos NN, de pagamento de indenizações e de homenagens póstumas às vítimas²⁷.

Ex detidos-desaparecidos, militantes em defesa dos direitos humanos

Pensado nesse panorama, podemos perceber que a recuperação de oito organismos *históricos* de direitos humanos – LADH, SERPAJ, MEDH, APDH, *Familiares*, *Madres*, *Abuelas* e CELS – produz uma memória em torno do movimento argentino pelos direitos humanos que silencia as iniciativas anteriores e que não sobreviveram à mais recente ditadura civil-militar. A explicação para isso pode estar na visão corrente que considera o *24 de março* e o ano de *1976* como ícones de referência automática para uma experiência de violência radicalmente distinta e isolada historicamente, um *parêntesis histórico* ou um *pesadelo* que se

²⁶ JELIN, Elizabeth. “La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina”. In: ACUÑA, Carlos et.al. *Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1995, p. 107-112.

²⁷ ROMERO, Luis Alberto. “La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión”. In: PÉROTIN DUMON, Anne (Ed.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. 2007, p. 67-71. Disponível em: <Publicação eletrônica disponível em: <http://www.historizarelpasadovivo.cl/>> . Acesso em 25 mar. 2013.

iniciou *do nada*, desconsiderando a reconfiguração progressiva da violência estatal, ao longo de toda a década de 1970, e as respostas sociais a ela²⁸.

Pode não ser casual o fato de que os organismos não associadas a entidades políticas ou político-militares – com exceção da LADH- as que são apontadas como responsáveis pelo surgimento desse novo ator político, responsável por uma resistência *não-violenta* à ditadura, que se distanciava da violência política da esquerda revolucionária dos anos 1960 e 1970. O discurso humanitário que as denúncias sobre as violações de direitos humanos passou a assumir nos anos da ditadura, excluindo do universo constituinte da identidade dos desaparecidos a sua vinculação a projetos políticos e sociais emancipadores, pode ser um sintoma desse distanciamento, pois, de militantes que buscavam por seus companheiros, passaram *apenas* a ser mães em busca de seus filhos. Podemos inclusive pensar se a legitimidade alcançada por esse discurso não passa por um silêncio acerca do tabu constituído em torno da noção positiva da violência como instrumento legítimo de ação política.

Além disso, tal recuperação omite os conflitos surgidos ao longo da história do movimento argentino de direitos humanos. A diferenciação entre organismos de *afetado direto* e de *não afetados*, por exemplo, por si só não abarcaria as diferenças surgidas no interior do movimento, nem estas se explicariam a partir do protagonismo da posição de *afetado direto* e das narrativas pessoais do sofrimento nas disputas acerca do passado ditatorial. Entre os próprios *afetados diretos* podemos perceber uma disputa pela legitimidade da palavra. Em uma posição de destaque, estaria a voz dos parentes diretos das vítimas da repressão estatal, com um corte generacional: primeiro as *Madres e Abuelas*, depois os irmãos e filhos cujas vozes se somaram posteriormente²⁹.

Dessa forma, entre os organismos *não-históricos* – aqueles formados com o final da ditadura civil-miliar - acreditamos que não é casual a ênfase dada no impacto do surgimento de H.I.J.O.S. (*Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*) sobre o movimento e sobre a luta por memória e justiça, inclusive na bibliografia atual sobre o movimento argentino pelos direitos humanos. Já o grupo menos ou *pouco legitimado* para tornar públicas as suas demandas seria aquele formado pelos sobreviventes dos centros

²⁸ FRANCO, MARINA. “En busca del estabón perdido: reflexiones sobre la represión estatal de la última dictadura militar”. *Estudios*, nº 25, enero-junio 2011, p. 35.

²⁹ JELIN, Elizabeth. “¿Víctimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra”. In: CRENZEL, Emilio (coord.). *Los desaparecidos en la Argentina. Memorias, representaciones e ideas (1983-2011)*. Buenos Aires: Biblos, 2011, p. 227.

clandestinos de detenção (CCDs)³⁰, *companheiros de militância dos desaparecidos*, seja por pertencer à essa geração ou por ter (sobre)vivido à experiência do desaparecimentos:

Eles carregam sobre seus ombros o fato de ter “sobrevivido”. Este é um estigma que convoca interpretações ambíguas marcadas por ideias sobre sua “sorte” ou pela suspeita de que “por algo será”. Eles encarnam e estão vivos para relatar aquilo sobre qual “é melhor não “falar””: de um lado, a luta armada e a militância dos anos 70, de outro, as aberrações da tortura, a desumanização dos centros clandestinos de detenção. (...) Os sobreviventes, ao contrário, ainda são acusados socialmente. Sobre eles se exerce a violência simbólica da culpa, por “ter imposto a violência dos anos 70”, “por ter sobrevivido”, “são silenciados porque só eles podem contar a desumanização dos centros clandestinos de detenção”. Tudo se passa como se ainda ninguém estivesse disposto a escutá-los, ou melhor, já foi lido demais no *Nunca Más* e foi suficientemente ouvido nas declarações nos julgamentos das juntas militares. A pergunta que fica é: por que ainda não foram gerados mais espaços sociais que legitimem essas vozes? Que perigos e medos encobrem?³¹.

De acordo com Elizabeth Jelin, os sobreviventes passaram a ocupar o centro da cena pública quase trinta anos após o golpe civil-militar de 1976. Em 2004, por motivo das comemorações em torno do aniversário do golpe, o então presidente Néstor Kirchner e o chefe de Governo da cidade de Buenos Aires firmaram um acordo no qual a *Escuela Superior de Mecánica de la Armada* (ESMA) seria transformada em um *espacio de memoria*. No marco dessa iniciativa, as vozes dos sobreviventes foram escutadas permanentemente nos meios de comunicação, culminando na visita que fizeram às antigas instalações da ESMA acompanhando o presidente e a primeira-dama. Não podemos assim afirmar que até então eles encontravam-se totalmente silenciados: a sua palavra foi fundamental durante os processos judiciais abertos contra militares argentinos envolvidos na repressão, tanto na Argentina quanto no exterior. Porém, esta parece estar restrita ao âmbito judicial³². O episódio do 24 de

³⁰ Em seu livro, Jorge Watts, sobrevivente e um dos fundadores da AEDD, faz uma reflexão sobre a diferenciação feita aos sobreviventes por outros *afetados*: “*Creo que, con el paso del tiempo, avanzamos en entender qué significaba y qué responsabilidad teníamos como sobrevivientes. No sólo, ni principalmente, debatir sobre si los caídos habían sido héroes o víctimas, o ambas cosas simultáneamente, sino recordar sus ideas, sus objetivos, sus convicciones, su capacidad de rebelarse ante la injusticia, ante lo casi imposible de modificar. Y, sobre todo, contextualizar su lucha y las vías que eligieron para llevarla a cabo, dentro del marco particular de la historia de nuestro país y del mundo en ese momento. Fue muy evidente, y a veces todavía lo es, el hecho de que los organismos de derechos humanos, mayoritariamente integrados por familiares de las víctimas de terrorismo de Estado, tuvieran esa actitud ambivalente, binaria, hacia los sobrevivientes. En la jerga interna de los organismos, están los de “afectados” – madres, abuelas, hijos, familiares-, pero a nosotros, a los integrantes de la AEDD y a los demás sobrevivientes por fuera de nuestra asociación, nunca se nos consideró afectados. Justo a nosotros, que estuvimos en los campos de concentración, que fuimos picaneados y sufrimos vejámenes de todo tipo.*” Ver: WATTS, Jorge. *Memoria del infierno: relato testimonial de un sobreviviente del Centro Clandestino de Detención “El Vesubio”*. Buenos Aires: Continente, 2009, p. 187.

³¹ SILVA, Ludmila Catela da. *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001, p. 373-374.

³² De acordo com Ana Longoni, a exceção da circulação massiva que alcançaram seus testemunhos através do *Diario del Juicio* e do *Nunca Más*, são bastante recentes as publicações escritas a partir do ponto de vista dos sobreviventes. Muitos dos primeiros testemunhos de sobreviventes, ainda no período ditatorial, mantem-se inéditos ou circulam de maneira restrita (VER: LONGONI, Ana. *Traiciones. La figura del traidor en los*

março de 2004 é considerado como emblemático: pela primeira vez surgiam como protagonistas na luta por memória, verdade e justiça. Nas palavras de Jelin:

Eran ellos/as (los/las sobrevivientes) quienes exploraban el lugar y marcaban los itinerarios de la detención, los lugares de tortura y confinamiento, tocando paredes, registrando movimientos corporales, sonido y olores (hay que recordar que en la mayoría de los casos no habían visto nada durante su detención, ya que estaban encapuchado/as). Sus testimonios y relatos fueron el telón de fondo para la ceremonia pública que iba a producirse³³.

Entretanto, a inserção dos sobreviventes no movimento argentino pelos direitos humanos é anterior a esse momento. Em 29 de outubro de 1984, foi apresentada publicamente a *Asociación de Ex Detenidos-Desaparecidos* (AEDD). Tratou-se do primeiro organismo formado fundamentalmente por sobreviventes³⁴, característica esta que se tornava clara em seus objetivos: gerar a solidariedade mútua entre eles; prestar orientações para a sua recuperação física, psíquica, social, e para a recuperação material e o ressarcimento dos danos causados a eles e a seus familiares; produzir conhecimento acerca do que significava ser um sobrevivente. A importância de se criar uma associação própria estaria no fato dos sobreviventes serem o testemunho vivo mais irrefutável da existência de circuitos repressivos clandestinos na ditadura recém-terminada.³⁵ Logo, era necessário garantir a promoção

relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Buenos Aires: Norma, 2007, p. 14-15). Entre os poucos livros escritos por sobreviventes, podemos citar: os ensaios escritos por Pilar Caleiro, *Poder y desaparición*, Buenos Aires, Colihue, 1997, e *Política y/o violencia*, Buenos Aires, Norma, 2005; os livros testemunhais de Jacobo Timerman, *Preso sin nombre, celda sin numero*, Buenos Aires, El Cid Editor, 1982; Juan Gasparini, *Montoneros: final de cuentas*, Buenos Aires, de la Campana, 1999; Munú Actis, Cristina Aldini, Liliana Gardella, Miriam Lewin e Elisa Tokar, *Ese infierno. Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA*, Buenos Aires, Sudamericana, 2001; Susana Ramus, *Sueños sobrevivientes de una montonera. A pesar de la ESMA*, Colihue, 2000; Celina Benfield, *179 días entre El Banco y El Olimpo... y una vida para contarlo*, Buenos Aires, Astralib, 2003; Jorge Federico Watts. *Memorias del infierno: relato testimonial de un sobreviviente del Centro Clandestino de Detención "El Vesubio"*, Buenos Aires, Continente, 2009; Mario Villani, *Desaparecido, memoria de un cautiverio: Club Atlético, el Banco, el Olimpo, Pozo de Quilmes y Esma*, Buenos Aires, Biblos, 2011; e as compilações testemunhais coordenadas por Juan Gelman e Mara La Madrid, *Ni el flaco perdón de Dios: hijos de desaparecidos*, Buenos Aires, Planeta, 1997, que contém dois capítulos de testemunho de Adriana Calvo, e por María del Carmen Sillato, *Huellas: memorias de Resistencia (Argentina 1974-1983)*, San Luis, Universidad Nacional de San Luis, 2008.

³³ JELIN, Elizabeth. “¿Víctimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra”. In: CRENZEL, Emilio (Coord.). *Los desaparecidos en la Argentina. Memorias, representaciones e ideas (1983-2011)*. Buenos Aires: Biblos, 2011, p. 243.

³⁴ O nosso levantamento inicial de membros da AEDD apontou-nos para a inclusão de pelo menos dois familiares, mães de desaparecidos: Antonia Álvarez de Cristina, que cedeu a sua casa para a primeira sede do grupo; e Syra Franconetti, responsável pela formação do primeiro arquivo da AEDD e pela compilação de dados sobre desaparecidos. Ver: Memoria Abierta, *Testimonio de Antonia Álvarez de Cristina*, Buenos Aires, 2001; Memoria Abierta, *Testimonio de Syra Franconetti*, Buenos Aires, 2008.

³⁵ Os circuitos repressivos clandestinos eram formados a partir da estrutura do Estado no qual uma fachada de legalidade se combinava com a atuação clandestina dos grupos de tarefa. A metáfora do circuito era geralmente utilizada para fazer referência aos centros clandestinos repressivos sob o comando de determinada força, nos quais ela faziam circular os seus detidos, seja para dificultar a sua localização, para utilizá-los em determinadas atividades realizadas em um dos centros ou para desmontar centros em funcionamento. Os circuitos iniciavam-se com a operação de sequestro de indivíduos, previamente definido, sem ordem de prisão. O sequestrado ou *chupado* era então transportado para um dos centros clandestinos, nos quais eram torturados

permanente do seu testemunho ante a opinião pública argentina. Para tanto, deveriam promover a incorporação dos *ex detenidos-desaparecidos* na luta pela vigência dos direitos humanos, fazendo-os perder o medo inculcado pela ditadura. Entretanto não buscavam alimentar divisões no interior do movimento pelos direitos humanos, respeitando a diversidade de opiniões, atitudes e de estratégias adotadas por cada um dos organismos, e contando com a sua adesão e conhecimento prévio para cumprir com êxito suas propostas³⁶.

De acordo com o folheto lido durante tal apresentação, a AEDD teria se constituído nos meses prévios, a partir de reuniões ocorridas em espaços cedidos por outros organismos - *Abuelas de Plaza de Mayo*, *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*, e *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* (ADPH). Esta versão se diferencia das outras duas encontradas ao longo de nossa pesquisa inicial. Em testemunhos produzidos e arquivados pelo *Archivo Oral* do *Memoria Abierta*, alguns membros fundadores relatam que a sua criação foi proporcionada pela reestruturação da *Vanguardia Comunista* (VC), em torno da bandeira dos direitos humanos, e do consequente diálogo que se estabeleceu com os organismos em atividade³⁷. Já segundo Emilio Crenzel, as entrevistas realizadas com outros fundadores apontam a passagem pelo *Centro Cultural San Martí*, para atender ao chamado público da CONADEP, como crucial para que o grupo se conhecesse e, a partir daí, formasse uma entidade própria³⁸. Por se tratar *produções de memórias*, não nos cabe apontar qual dessas versões seria a verdadeira; mas devemos notar como todas coincidem no fato da criação da AEDD ter sido o resultado de uma inserção prévia dos sobreviventes na luta pelos direitos humanos, iniciada na ditadura e que se seguiu tanto nos organismos quanto nos espaços oficiais constituídos pelo governo de Alfonsín.

Quem eram esses sobreviventes? Eram homens e mulheres que tinham um passado, um *histórico*, que permitiu aos militantes, principalmente os agentes de inteligência, designá-los, primeiro como atores políticos suscetíveis de opor-se ao projeto político posto em prática com o golpe civil-militar de 24 de março de 1976, e segundo como alvos da

com o propósito de produção de informação útil para a desarticulação das organizações político-militares e suas redes. Para a maioria dos sequestrados, o destino final dos *circuitos* era o *traslado*, eufemismo utilizado para o desaparecimento ou a morte. Acobertar os atos cometidos nos *circuitos repressivos clandestinos* foi uma das formas através das quais setores da sociedade civil aderiram ao seu plano de execução.

³⁶ CEDINCI. Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos. *Acto de presentación. Fines y objetivos. ¿Por qué esta asociación? En qué momento nace. Homenaje a los organismos con vida*. Buenos Aires, 29 de outubro de 1984.

³⁷ *Memoria Abierta, Testimonio de Darío Machado*, Buenos Aires, 2003; *Memoria Abierta, Testimonio de Guillermo Lorusso*, Buenos Aires, 2003.

³⁸ CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008, p. 222

desaparição forçada³⁹. Buscava-se assim desestruturar o movimento social ao qual se associavam e as suas redes sociais, o que incluía indivíduos que antes de desaparecer eram tanto militantes das organizações guerrilheiras como os integrantes de outras correntes, em geral da esquerda, que desenvolviam sua ação nas cidades ou nas periferias urbanas, os ativistas sindicais e estudantis, os militantes sociais, qualquer que fosse o seu vínculo com alguma dessas organizações.⁴⁰ Com o avanço das tarefas de denúncia, somaram-se a esse os membros dos grupos de direitos humanos, que se constituiu como uma das principais expressões de *resistência* à ditadura. Assim, apesar de ter havido vítimas casuais como vizinhos ou algum familiar de um dos sequestrados que cruzaram o caminho das forças de segurança, em sua grande maioria, foram os militantes políticos com distintas experiências prévias e vinculações que constituíram a *população massiva dos campos* e, posteriormente, em sua minoria, tornaram-se sobreviventes⁴¹.

Embora alguns tenham sido assassinados, ou legalizados rapidamente e levados às prisões legais mantidas pela ditadura, a maioria foi alojada em um dos CCDS, onde os *delinquentes subversivos* ou *delinquentes terroristas*, segundo os jargões militares, ficavam detidos ilegalmente por tempo indeterminado, variando de dias a anos⁴². As coincidências nos relatos dos sobreviventes evidenciam que o sistema era praticamente o mesmo em todos os campos e que, portanto, não se tratavam de operações isoladas ou autônomas, mas planejadas pela hierarquia militar e executada pelas Forças Armadas em seu conjunto.⁴³ Concluído o período de interrogatório/tortura, eles tinham os seus nomes substituídos por números, viam-se isolados do mundo exterior, e eram submetidos a uma privação sensorial e

³⁹ Segundo Pilar Calveiro, com o golpe de 24 de março de 1976, o desaparecimento forçado de pessoas tornou-se a modalidade repressiva por excelência, em detrimento da prisão arbitrária e do assassinato político. Entretanto, desde 1966, a desapareição fora praticada de maneira esporádica até se tornar uma política institucional em 1975 (Ver: CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2008, p. 25-28). Dessa forma, não excluimos a possibilidade de trabalhar com trajetórias de sobreviventes cujas experiências de desaparecimento são anteriores a mais recente ditadura. Podemos, assim, citar o exemplo de Margarita Cruz, sobreviventes da *Escuelita de Faimallá*, primeiro CCD que funcionou na Argentina, na cidade de Tucumán, liberada em 1975, e que se tornou membro da AEDD. Ver: “Testimonio de Margarita Cruz”. Disponível em: <<http://proyectoaparecidos.blogspot.com.br/2011/04/testimonio-de-margarita-cruz.html>>. Acesso em 07 nov. 2012.

⁴⁰ AGUILA, Gabriela. *Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008. p. 69.

⁴¹ CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2008, p. 44-46.

⁴² AGUILA, Gabriela. *Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976/1983: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 81.

⁴³ MEMORIA ABIERTA. “...y nadie quería saber”. *Relatos sobre violencia contras las mujeres en el terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012, p.37.

motriz generalizada – os olhos vendados, a fala proibida, os movimentos limitados⁴⁴. Conviviam cotidianamente com os torturadores e com suas ameaças de morte; com os limites porosos entre as estratégias de sobrevivência e a colaboração; com os tormentos físicos e psicológicos; e com a falta de perspectivas futuras. Porém, alguns conseguiram desenvolver estratégias de resistência: olhar por debaixo das vendas; reconhecer os agentes da repressão por suas vozes e pelas tarefas que assumiam; decifrar a rotina dos centros; praticar atos de solidariedade com outros detidos; sobretudo, criar espaços de comunicação entre si, para contar seus nomes e militâncias, as circunstâncias do seu sequestro e aqueles que estavam esperando por informações do seu paradeiro. Consequentemente a ideia de se salvar para denunciar tornou-se uma das razões para sobreviver⁴⁵.

Salvar-se não se garantiria apenas por seus parâmetros de conduta: a escolha dos sobreviventes aparentemente se tratou de um processo aleatório e arbitrário, com diversas explicações, um demonstrativo da onipotência dos responsáveis pelos CCDs⁴⁶. O resultado do consequente processo de *traslado* era a mudança da sua condição de desaparecido para legalizado, posto prontamente em liberdade, ou tornando-se *preso político* sob disposição do *Poder Ejecutivo Nacional* (PEN)⁴⁷. Para os que foram liberados, reaparecer trouxe o dilema de reconstruir suas vidas onde viviam antes de entrar na clandestinidade ou de serem sequestrados; partir para o *insílio* em alguma outra localidade distante no país; ou buscar a *opção de deixar o país* oferecida pela ditadura, e seguir para o *exílio*. Ainda que não possamos considerar que as formas que cada um dos sobreviventes encontrara para viver o período da liberdade foram as mesmas, algumas vivências se repetiram. No processo de reinserção social, encontraram dificuldades para retomar suas atividades ocupacionais, seja de

⁴⁴ CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008, p. 34-35.

⁴⁵ PASTORIZA, Lila. “Una mirada que se abre al futuro”. *Puentes*, Comisión Provincial por la Memoria, ano 5, n. 13, *La Plata*, novembro 2004, p. 54.

⁴⁶ CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2008, p.159-160.

⁴⁷ Durante a mais recente ditadura, as prisões e os CCDs formaram um *continuum* repressivo, um demonstrativo de que as Forças Armadas montaram uma articulação entre as instâncias repressivas legais e ilegais. O Decreto 1.209, de 06 de julho de 1976, estabeleceu a coordenação dos organismos penitenciários de nível nacional e provincial para o alojamento e traslados de detidos, processados e condenados, assim como de indivíduos postos à disposição do PEN. Isto significava que podiam permanecer presos sem a necessidade de ser submetidos a qualquer processo judicial. Além de representarem diferentes facetas de um mesmo plano repressivo, nas prisões também foram adotados a tortura e o desaparecimento. No total, 157 *presos políticos* desapareceram após terem aparentemente ganhado a liberdade. A grande diferença é que, ao chegar às prisões, os indivíduos recobravam uma existência pública e formal, garantindo inclusive o direito de comunicar-se com familiares e advogados. Baseando-se nessa diferença, no nosso trabalho, optaremos por trabalhar a trajetória daqueles que, mesmo posteriormente tendo passado por um dos cárceres legais da ditadura, teve a experiência do desaparecimento em um dos CCDs. Ver: MEMORIA ABIERTA. “...y nadie quería saber”. *Relatos sobre violencia contras las mujeres en el terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012, p. 34-36.

trabalhou ou estudo, principalmente devido às sanções impostas pelos processos legais instaurados contra eles pelo regime⁴⁸. Além disso, enfrentaram o vazio deixado pela ausência de conjugues, familiares e companheiros de militância; presos, desaparecidos, ou exilados. O *dever* de contar assumido nos centros, ou a necessidade surgida uma vez garantida a liberdade, encontrou nos entornos sociais e familiares a incredibilidade acerca do que relatavam, os desejos de não escutar, de esquecer o passado, e a busca por culpados pelo ocorrido⁴⁹.

Ser um sobrevivente dos CCDs nos anos da ditadura era dar um rosto e um nome ao subversivo contra o qual a ditadura civil-militar livrava as suas políticas repressivas. Apesar de muitos não se identificarem como tais, não podemos desconsiderar os efeitos do seu reaparecimento no seu entorno social, destinatário privilegiado das mensagens que circulavam sobre a *guerra anti-subversiva*⁵⁰. Para parte da sociedade argentina que consentiu e aderiu à ditadura civil-militar, os métodos repressivos eram adotados contra aqueles que alguma coisa tinham feito, culpando-se as suas vítimas, *merecedoras* do castigo recebido – o *por algo será*⁵¹. Este estigma social que inicialmente serviu para justificar a repressão, posteriormente passou a ser utilizado de maneira recorrente em busca de explicações para a sua sobrevivência, relacionado ao fato de sua liberação na maioria dos casos ter sido fruto da decisão de seus próprios captores⁵². Portanto, o *por algo será* que gerava acusações implícitas e desconfianças sobre o seu desaparecimento parecia sintetizar as formas como se entendia o seu *reaparecimento*, sobretudo entre os familiares de desaparecidos políticos. Em liberdade,

⁴⁸ SILVA, Ludmila Catela da. *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001, p. 112-113.

⁴⁹ Nas palavras de Adriana Calvo, sobrevivente e uma das fundadoras da AEDD: “*Recuerdo las palabras textuales de uno de mis hermanos cuando quise contarle lo que había pasado, al día siguiente de mi libertad: “No cuentes, no cuentes, mirá, olvidáte, te hace mal”. (...) Además, las acusaciones contra uno, muy generales. “Los que le hiciste a mamá”. Yo lo hice, no la dictadura. Mi vieja estuvo en terapia intensiva, casi la muerte, mi suegra también, durante el período en que nos buscaron. Fueron tres meses en total. ‘Déjate de joder, Adriana, ¿no te alcanza con lo que hiciste a mamá?’ Duro, ¿no?’*”. Ver: CALVO, Adriana. “Los campos”. In: GELMAN, Juan (Org.). *Ni el flaco perdón de Dios*. Buenos Aires: Planeta, 1996, p. 111-112.

⁵⁰ A imagem de uma sociedade argentina que afirma que desconhecia o que ocorria durante a mais recente ditadura civil-militar é uma reconstrução retrospectiva que promoveu nos primeiros anos da democracia a tranquilizadora crença de que não havia nada que poderia ser feita frente a um poder que havia paralisado as expressões de dissenso e as atitudes de resistência através da imposição de uma *cultura do medo*. O regime mostrava uma imagem de normalidade na vida cotidiana; e a sensação de recuperação de um *mundo de segurança* a partir do golpe foi expresso por setores sociais que não viam na perda da democracia e de alguns direitos um preço alto a se pagar por ele. Fazia parte da normalidade da ditadura sinais públicos do acionar repressivo, como o desaparecimento de pessoas, em procedimentos policiais espetaculares, muitas vezes na via pública, e com a presença de testemunhas. Logo, se havia algo que não podia alegar-se era o completo desconhecimento.

⁵¹ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 176-177.

⁵² PASTORIZA, Lila. “Una mirada que se abre al futuro”. *Puentes*, Comisión Provincial por la Memoria, ano 5, n. 13, *La Plata*, novembro 2004, p. 55; CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008 p. 44.

uma das primeiras ações de muitos sobreviventes foi procurar familiares daqueles que reconheceram durante a sua passagem pelos CCDs. Porém, quase sempre se colocava o questionamento por que seus entes queridos continuavam desaparecidos e eles não, atitude esta que se estendeu aos que faziam parte dos organismos de direitos humanos.

Os sobreviventes eram vistos com desconfiança ainda pelos outros denunciadores do movimento argentino pelos direitos humanos por seus relatos apontarem a constatação de que a grande maioria dos desaparecidos ao serem *trasladados* fora assassinada como parte de um plano criminal estatal. Logo, acirravam alguns conflitos e disputas no interior do movimento: de um lado, questionavam uma das principais bandeiras defendida por parte dos organismos tanto na Argentina quanto no exterior – a *aparición com vida de todos os desaparecidos*; do outro, demonstravam a dificuldade de parte deles em adotar publicamente a tese de que a detenção seguida de desaparecimento se tratava de uma política oficial da ditadura e não de excessos cometidos por alguns membros de forças para-policiais. Segundo o relato de Jorge Watts:

(...) me fue a la ronda de Plaza de Mayo de las madres. (...) Las saludé y les conté quién era yo, de dónde venía. Las madres me besaban, me preguntaban casi todas al mismo tiempo cosas relativas a mi cautiverio; por dónde había pasado, a quiénes había visto (...) Sin embargo, después de esta cálida recepción y emotiva charla y cambio de opiniones, sentí algo raro. Ninguna lo dijo pero es como si hubiera yo advertido que algunas, no sé cuántas ni cuáles, pensaban algo que no se atrevían a expresar en palabras. Si estaba vivo, ‘por algo será’. Si yo estaba vivo y no sus hijos, ‘por algo sería’⁵³.

Apesar de tais dificuldades, foi no movimento argentino pelos direitos humanos que muitos sobreviventes puderam reconstruir uma *rede de afeto* e reinserir-se politicamente⁵⁴. Dessa forma, suas identidades políticas anteriores se modificaram em prol de uma militância antiditatorial, uma valorização da democracia e da plena vigência dos direitos e das liberdades fundamentais, sobretudo a partir da percepção da derrota e dos limites dos antigos projetos revolucionários⁵⁵. Uma das principais consignas desde o início das atividades da AEDD, por exemplo, foi “*porque militávamos, nos desapareceram; porque nos apareceram, seguimos militando*”. Portanto, podemos perceber que de sobreviventes alguns deles se tornaram *ex detenidos-desaparecidos*, constituindo uma nova identidade política na qual reivindicavam um passado de militância, ao mesmo tempo em que reconstituíam sua

⁵³ WATTS, Jorge. WATTS, Jorge. *Memoria del infierno: relato testimonial de un sobreviviente del Centro Clandestino de Detención “El Vesubio”*. Buenos Aires: Continente, 2009, p. 132.

⁵⁴ Memoria Abierta, *Testimonio de Emilce Moler*, Buenos Aires, 2006.

⁵⁵ CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008, p. 49-50.

atividade política ao tornar parte dela a violência sofrida a partir do sequestro e do desaparecimento⁵⁶.

Como fora comum durante os anos da ditadura, eles circularam indistintamente pelos diversos organismos, pertencendo e colaborando com vários ao mesmo tempo, a depender das atividades de contenção oferecidas.⁵⁷ Além disso, a própria atitude relativa a eles variou encontrando mais espaço, por exemplo, no CELS⁵⁸. Inclusive foram essenciais para a formação de um organismo de direitos humanos: a *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo* fruto das informações que brindaram sobre o funcionamento de maternidades clandestinas nos CCDs⁵⁹. Esta importante participação é reconhecida na seguinte declaração de Estela de Carlotto, atual presidenta de *Abuelas*, tanto na produção dos primeiros informes, quanto para o conhecimento sobre o que ocorrera com a sua filha assassinada e o seu neto nascido em cativeiro:

En los primeros tiempos, en dictadura, era el contacto inminente con los exiliados porque la mayoría eran sobrevivientes de los campos de concentración y nos podían contar dónde habían estado, con quiénes, si recordaban nombres o apodos, quiénes eran los represores, y si habían visto mujeres embarazadas o nacimientos de bebés. (...) Cuando el Papa vino a Brasil, en el '80, fuimos con otras Abuelas y en el contacto con los exiliados yo me entero de dos liberados de "La Cancha", donde había estado Laura, que Laura había tenido un hijo y que era un varón y en qué fecha y todo. (...) Y con ellos nos reunimos otro día y así me entero de que tengo un nieto. (...) Otro año, también en dictadura, nos reunimos en Brasil (muy solidaria la Iglesia de San Pablo) y fuimos a un espacio religioso y convocamos a todos los exiliados en el mundo que habían estado en "La Cancha" para registrar todos los datos posibles y vinieron de Italia, de Suecia, de México, de Brasil y hasta de Argentina. Y armamos un mapa, el plano de "La Cancha" y fue terrible por que se encontraban los sobrevivientes y fue la decantación del drama de recordar y pasear por ese monasterio contándose recuerdos. Pero no podíamos hablar y veíamos que volvíamos a Argentina sin nada. Y el último día se sentaron y todo quedó plasmado y ese fue el primer informe, en el '81 cuando el aparato represivo todavía funcionaba⁶⁰.

⁵⁶ A recuperação do sobrevivente como um militante fica claro na seguinte declaração de Mario Villani, um dos membros fundadores da AEDD: "(...) *pienso que es un organismo de derechos humanos especial porque es específico de sobrevivientes, es formado por sobrevivientes que siguen siendo militantes, sobrevivientes que rescatan su historia militante independientemente de ser distintos tipos de militantes. Pues hay gente que viene de organizaciones armadas, hay gente que no viene de organizaciones armadas, hay gente que viene de Montoneros, hay gente que viene del ERP, hay gente que viene de Vanguarda Comunista, de montones de lugares distintos, armadas y no armadas, pero están en la asociación. Y siguen militando, siguen militando por lo menos en los derechos humanos y por lo menos en busca de fin de impunidad.*" *Memoria Abierta, Testimonio de Mario Cesar Villani*, Buenos Aires, 2002.

⁵⁷ JELIN, Elizabeth. "La política de la memoria: el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática en la Argentina". In: ACUÑA, Carlos et al. *Juicio, castigo y memoria. Derechos Humanos y justicia en la política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995, p. 107.

⁵⁸ *Memoria Abierta, Testimonio de Víctor Basterra*, La Plata, Buenos Aires, 2008.

⁵⁹ JELIN, Elizabeth. "¿Víctimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra". In: CRENZEL, Emilio (Coord.). *Los desaparecidos en la Argentina. Memorias, representaciones e ideas (1983-2011)*. Buenos Aires: Biblos, 2011, p. 238.

⁶⁰ "Entrevista: Estela Barnes de Carlotto". *Ensemble. Revista eletrônica de la Casa Argentina en París*. Ano 4, n. 9, s/d. Disponível em: <http://ensemble.educ.ar/?p=88>. Acesso em 24 set. 2013.

Apesar deste reconhecimento, ao longo do nosso levantamento bibliográfico sobre o movimento argentino pelos direitos humanos apenas encontramos menções à participação dos sobreviventes nos distintos organismos em testemunhos ou livros escritos por alguns deles. Em relação a AEDD, por exemplo, a única menção que encontramos foi em uma nota de rodapé no livro de Emilio Crenzel sobre o trabalho da CONADEP, segundo o qual este teria sido decisivo para que os sobreviventes circulassem nos mesmos espaços e reconhecessem a necessidade de fundar um organismo próprio⁶¹. A nosso ver reforça-se assim um senso comum de que esse movimento é conformado primordialmente por familiares de desaparecidos, obliterando a diversidade do perfil de seus militantes. Acreditamos que a inserção da recuperação dos sobreviventes no movimento pelos direitos humanos permite-nos analisar tais indivíduos sem o risco da *revitimização*, tomando-os como sujeitos que, após *reaparecerem* e significarem o seu desaparecimento, fizeram uma opção de militância política e, assim, contribuíram de forma decisiva na luta por memória, verdade e justiça.

⁶¹ CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008, p. 222.